

## **1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Refinaria de Manguinhos S.A. é uma Sociedade de capital aberto, que tem por objetos sociais: (i) exploração, no Estado do Rio de Janeiro, de uma refinaria de petróleo e de outras indústrias conexas ou independentes, desde que não se oponha a ato do Governo Federal; (ii) importação de petróleo crus, venda de derivados de petróleo no País e sua exportação quando autorizada; (iii) prestação de serviços relacionados com a atividade de refino, tais como armazenamento de derivados; e (iv) participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

### **DESAPROPRIAÇÃO**

Em 15 de Outubro de 2012, através do decreto no 43.892, o Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, declarou de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação o imóvel da Companhia localizado na Avenida Brasil, nº 3141.

No dia 01 de novembro de 2012, a Administração da Companhia impetrou Mandado de Segurança contra ato do Governador do Estado do Rio de Janeiro, consubstanciado no Decreto 43.892/2012, declarando de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel onde encontra-se localizada a sede da Companhia, o qual lhe foi concedido em aforamento pelo Governo Federal, para que fosse incorporado ao patrimônio da Refinaria. A impetração busca a nulidade do ato por vícios de competência e finalidade, notadamente (i) a impossibilidade de desapropriação por Estado-Membro de direitos representativos do capital de empresa cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização; (ii) impossibilidade de desapropriação por Estado-Membro de bem pertencente à União; (iii) desvio de finalidade, por falta de específica destinação.



O Mandado de Segurança foi distribuído ao Desembargador Milton Fernandes que, em 06 de novembro de 2012, considerando o curso de mandado de segurança (0063072- 39.2012.8.19.0000) anteriormente distribuído ao Desembargador Nildson Araújo da Cruz, impugnando o mesmo ato administrativo, determinou a remessa dos autos ao relator do primeiro mandado de segurança para solução conjunta. Ainda não houve a apreciação dos pedidos liminares formulados nos feitos, ambos no sentido de suspender os efeitos do decreto.

Em **30 de maio de 2014**, consta no site do Conselho Supremo Tribunal Federal ([www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br)), na Ação Civil Ordinária n. 2.162 – RJ, que o eminente Ministro Relator proferiu decisão de mérito, tendo julgado **“PROCEDENTE o pedido inicial e declarado nulo o Decreto Estadual 43.892/2012 (RISTF 21, parág. 1º.) e PREJUDICADOS os regimentais interpostos pelo Estado do RJ. Condenado, ainda, o RJ a reembolsar as custas antecipadas pela autora e a honorários advocatícios fixados nos termos do CPC 19, parág. 4º.”**

## **2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)**

As Informações Trimestrais Consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Consolidado”.

As Informações Trimestrais Individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Controladora”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.



Essas práticas diferem das IFRS, aplicável às Demonstrações Financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e associadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Informações Trimestrais Consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas em um único conjunto.

A preparação das Informações Trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2013.

As Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2013 foram aprovadas e sua divulgação foi autorizada pela Administração em 30 de maio de 2014.

### **3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis apresentadas a seguir foram aplicadas na preparação das informações trimestrais da controladora e consolidadas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.





### **3.1 Princípios de consolidação**

O processo de consolidação das contas patrimoniais, do resultado e do fluxo de caixa corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas e suas correspondentes mutações ou variações, segundo a sua natureza, complementada pelas seguintes eliminações:

- Das participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das sociedades controladas;
- Dos saldos de contas correntes e outras integrantes do ativo e passivo mantidos entre as sociedades, cujos balanços foram consolidados;

#### **(a) Controladas**

Controladas são todas as Sociedades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos diretos a voto (capital votante).

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que ocorre a transferência de controle acionário.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 as informações trimestrais consolidadas compreendem as informações contábeis da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. (Controladora) e das controladas:

<b>Controladas</b>	<b>Participação no capital</b>
Manguinhos Distribuidora S.A.	99,04%
Manguinhos Química S.A.	99,99%
Biomanguinhos Produtora de Biodiesel S.A. (*)	100,00%
Manguinhos Terminais de Granéis Líquidos S.A. (*)	100,00%

(\*) Representam empresas não operacionais que não possuem ativos e nem passivos.



### **3.2 Base de conversão de moeda**

#### **Moeda funcional**

Os itens incluídos nas Informações Trimestrais consolidadas e individuais são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico no qual cada Sociedade atua. Essas Informações Trimestrais estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

#### **Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas de transações ou avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

### **3.3 Reconhecimento da receita**

As receitas com vendas representam o valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos ou serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo que os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são reconhecidas e contabilizadas e os descontos sobre venda quando conhecidos.

#### **(a) Venda de Produtos**

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e (iii) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.



### **3.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, com prazos de vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações.

### **3.5 Contas a Receber**

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pelas vendas de produtos e serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment, se necessária.

A provisão para perdas com créditos (impairment) é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

### **3.6 Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques "custo médio ponderado". As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando consideradas necessárias pela administração.





### **3.7 Outros ativos circulantes e não circulantes**

Os tributos a recuperar encontram-se demonstrados pelos respectivos valores de recuperação e estão compostos substancialmente por: PIS, COFINS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, CIDE, imposto de renda e outros impostos a recuperar.

As despesas antecipadas representam principalmente despesas com seguros inerentes às operações da Companhia.

### **3.8 Imobilizado**

#### **i. Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

#### **ii. Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

#### **iii. Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil fiscal de cada componente.



Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

### **3.9 Fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido até o final do exercício subsequente (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longos). Caso contrário, e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **3.10 Empréstimos e Financiamentos**

Empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após o término do exercício seguinte à data de encerramento do balanço das informações anuais.





### **3.11 Provisões para contingências**

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos externos da Companhia.

### **3.12 Outros passivos circulantes e não circulante**

Outros passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva.

### **3.13 Provisão para recuperação dos ativos de vida longa**

Ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm sua recuperação testada sempre que há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após reconhecimento inicial dos ativos e desde que aquele evento (ou eventos) tenha um impacto, estimável com confiabilidade, nos fluxos de caixa futuros do ativo. Os ativos sujeitos à depreciação ou à amortização têm seu valor de recuperação revisado pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados.

Os ativos são agrupados e avaliados segundo possível recuperação com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou circunstâncias. Nesse caso, as perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

## 4 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Estimativas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados quanto (b) requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos e complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tem impacto sobre questões inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

As seguintes estimativas, derivadas de experiência histórica e de vários outros fatores que a administração julga como razoáveis e relevantes, sob certas circunstâncias, foram classificadas como sendo as de maior complexidade quando da preparação dessas informações trimestrais:

### 4.1 Provisões para perdas com créditos (Impairment)

Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

### 4.2 Vida útil dos ativos de longa vida

A depreciação ou amortização dos ativos de longa vida considera melhor estimativa da administração sobre a utilização dos ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

## 5 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Uma das principais responsabilidades da administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de crédito e de liquidez. Nesse contexto, a Companhia mantém operações financeiras, cujos riscos são administrados por meio de estratégias e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos.



### **5.1 Risco de crédito**

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes e o rating de crédito é revisto regularmente.

### **5.2 Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas e para manter adequada estrutura de capital.

A Companhia utiliza capital de terceiros para financiar parte do seu capital circulante bem como suas importações de matéria prima e utiliza capital próprio para a realização de investimentos de longo prazo.



## 6 CONTAS A RECEBER

### 6.1 Contas a Receber, líquidas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Contas a Receber – Mercado Interno	291	332	2.792	15.463
Contas a Receber – Controladas (nota 11)	16.239	17.019	-	-
Duplicatas Descontadas	-	-	(449)	(60)
	<u>16.530</u>	<u>17.351</u>	<u>2.343</u>	<u>15.403</u>
<b>(-) Perdas em créditos de liquidação duvidosa</b>				
Contas a Receber - Mercado Interno	(291)	(109)	(2.343)	(2.217)
Contas a Receber - Controladas	<u>(16.239)</u>	<u>(247)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u><b>(16.530)</b></u>	<u><b>(356)</b></u>	<u><b>(2.343)</b></u>	<u><b>(2.217)</b></u>
<b>Circulante</b>	<u>-</u>	<u><b>16.995</b></u>	<u>-</u>	<u><b>13.186</b></u>

### 6.2 Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Saldo inicial	(356)	(1.075)	(2.217)	(3.384)
Adições	(16.539)	(813)	(195)	(1.108)
Reversões	365	1.532	69	2.275
Circulante	<u>(16.530)</u>	<u>(356)</u>	<u>(2.343)</u>	<u>(2.217)</u>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída para créditos de difícil realização e de acordo com avaliação da Administração da Companhia é suficiente para cobertura de eventuais perdas.



### 6.3 Contas a receber por idade de vencimento

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
A vencer	-	-	449	38
Vencidos até 30 dias	-	16.787	-	10.316
Vencidos de 31 a 60 dias	-	102	-	2.576
Vencidos de 61 a 90 dias	-	106	-	256
Vencidos acima de 91 dias	16.530	356	2.343	2.217
Circulante	16.530	17.351	2.792	15.403

## 7 ESTOQUES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Matéria-prima	4.020	769	4.552	1.405
Estoque próprios em poder de terceiros (*)	32	184	346	14.774
Produtos acabados	408	584	35.766	12.817
Estoque de Terceiros	-	-	-	-
Almoxarifado de manutenção	680	680	981	981
Circulante	5.140	2.217	41.646	29.977

(\*) Referem-se aos estoques de matéria prima armazenados em depósitos de terceiros.

Existem estoques de terceiros em poder do grupo, cujo montante consolidado em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 30.829 mil e R\$ 12.439 mil, respectivamente.



## 8 TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	736	1.541
IRPJ/CSLL a Compensar	-	-	1.408	1.408
PIS a Compensar <b>(a)</b>	309	277	1.851	1.316
Cofins a Compensar <b>(a)</b>	1.423	1.278	8.516	6.059
Outros	-	-	29	29
	1.732	1.555	13.110	10.353
(-) Impairment	(1.555)	(1.555)	(1.571)	(1.555)
<b>Circulante</b>	177	-	10.969	8.798
Pis a compensar	-	-	935	-
Cofins a Compensar	-	-	4.299	-
<b>Não Circulante</b>	-	-	5.234	-
<b>Total</b>	177	-	16.704	8.798

**(a)**A Controladora utilizou como base de cálculo na apuração dos impostos na importação de matéria prima a unidade de metros cúbicos. Entretanto a Receita Federal entendeu que deveria ser utilizado como referência Ad Valorem (porcentagem). A Administração da Companhia já entrou com processo de compensação e como ainda não possui nenhum posicionamento, realizou a constituição do impairment no sentido de preservar seu patrimônio.





## 9 **ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
AML Logística S.A.	-	-	-	-
Word Fuel Services (i)	-	-	2.559	2.559
Cia Ultragaz S.A	2.072	146	2.072	146
Dax Oil Refino S.A.	759	-	759	-
Cooperativa Agroindutrial do RJ	-	-	-	255
Usina Agrisa	-	-	-	236
Disa Destilaria Itaunas S.A.	-	-	-	226
FAGB Transportes Ltda	227	-	227	-
SS Prata Comércio e Serviços	178	-	178	-
Nirany Participações Ltda	94	-	94	-
VSB Transportadora de Cargas Ltda	129	-	129	-
Depeche Participações e Comércio	92	-	92	-
Creative Beauting Construtora S.A.	-	-	-	-
AZ Solutio Comercio Internacional	84	94	84	94
TranstarTransportes Logística Ltda	70	-	70	-
BBD Processos e Dados Ltda	64	64	64	64
Solvita Serviços Administrativos EIRELI-ME	59	-	59	-
Empresa Bragantina de Montagem Industrial Ltda.	56	-	56	-
Nutriself	36	-	36	-
Saybolt LP	52	52	52	52
Lógica Planejamento	-	-	-	-
Comunicação de Projetos Sociais	51	51	51	51
Outros	131	54	245	347
<b>Circulante</b>	<b>4.154</b>	<b>461</b>	<b>6.827</b>	<b>4.030</b>



- (i) Valor referente a adiantamento para aquisição de álcool anidro. Em virtude da interferência da Receita Federal no desembaraço do produto, o mesmo encontra-se bloqueado no porto de Paranaguá.

## 10 **OUTROS ATIVOS CIRCULANTES**

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.09.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>30.09.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Performance Fomento Mercantil Ltda <b>(i)</b>	562	-	562	107
Títulos a receber - Precatório	-	-	-	21.349
Outros	-	17	-	3.556
<b>Circulante</b>	<b>562</b>	<b>17</b>	<b>562</b>	<b>25.012</b>

- (i) Refere-se à administração do fluxo de caixa das operações referentes a contas a pagar e a receber e ao gerenciamento de saídas e entradas de recursos no caixa da Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A. e suas controladas.



## 11 **TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com partes relacionadas decorrem de compras e prestação de serviços, bem como fornecimento de derivados de petróleo efetuados em condições semelhantes em termo de preços e prazos de liquidação e transferência de créditos.

### Controladora

Descrição	Contas a receber		Empréstimos (i)		Receita (ii)	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
<b>Sociedades incluídas na consolidação</b>						
* Manguinhos Distribuidora S.A.	15.992	16.772	41.558	41.558	884	549.385
* Manguinhos Química S.A.	247	247	-	-	11	17
Total de controladas	16.239	17.019	41.558	41.558	893	549.402

- (i) Os empréstimos são referentes a negociações de dívidas da Refinaria, assumidas pela controlada Manguinhos Distribuidora S.A. (nota 14)
- (ii) As receitas referem-se a saldo remanescente de gasolina A para Manguinhos Distribuidora e locação de veículo Sprinter RF310D na Manguinhos Química.





## 12 INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

As participações diretas da Companhia estão demonstradas abaixo:

<b>Empresas Controladas</b>						<b>30.09.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
	<b>Capital social</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Resultado do período</b>	<b>% de Participação</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Valor contábil do investimento</b>	<b>Valor contábil investimento</b>
Manguinhos Distribuidora S.A.	120.548	(78.741)	(113.117)	99,04%	(112.031)	(78.741)	33.290
Manguinhos Química S.A.	5.749	(2.384)	(430)	99,99%	(430)	(2.384)	0
Biomanguinhos Produtora de Biodiesel S.A. (*)	1	1	-	100,00%	-	1	1
Manguinhos Terminais de Granéis Líquidos S.A. (*)	1	1	-	100,00%	-	1	1
	<b>126.299</b>	<b>(81.123)</b>	<b>(113.547)</b>		<b>(112.461)</b>	<b>(81.123)</b>	<b>33.292</b>

(\*) Investimentos em fase pré-operacional

### 13 IMOBILIZADO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Compõem com segue:

#### CUSTO DE AQUISIÇÃO - CONTROLADORA

	<u>Terrenos</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Instalação</u>	<u>Máquinas Equipamento</u>	<u>Equipamento Armaz. e transf.</u>	<u>Móveis e Utensílio</u>	<u>Veículo</u>	<u>Equipamento Informática</u>	<u>Benfeitoria</u>	<u>Total</u>	<u>Obras</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	95.181	27.092	129.421	18.181	25.714	5.858	288	10.030	29.428	341.193	52	341.245
(+) Adições	-	-	-	9	-	-	-	-	-	9	-	9
(-) Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2013	95.181	27.092	129.421	18.190	27.714	5.858	288	10.030	29.428	341.202	52	341.254



**DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - CONTROLADORA**

	<b>Terrenos</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Instalação</b>	<b>Máquinas Equipamento</b>	<b>Equipamento Armaz. e transf.</b>	<b>Móveis e Utensílio</b>	<b>Veículo</b>	<b>Equipamento Informática</b>	<b>Benfeitoria</b>	<b>Total</b>	<b>Obras</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	(17.072)	(64.770)	(6.373)	(13.007)	(5.326)	(196)	(9.962)	(1.894)	(118.600)	-	(118.600)
(+) Adições	-	(877)	(8.924)	(1.339)	(1.588)	(90)	(25)	(21)	-	(12.864)	-	(12.865)
Saldos em 30 de setembro de 2013	-	(17.949)	(73.694)	(7.712)	(14.595)	(5.416)	(221)	(9.983)	(1.894)	(131.464)	-	(131.464)

**IMOBILIZADO LÍQUIDO - CONTROLADORA**

	<b>Terrenos</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Instalação</b>	<b>Máquinas Equipamento</b>	<b>Equipamento Armaz. e transf.</b>	<b>Móveis e Utensílio</b>	<b>Veículo</b>	<b>Equipamento Informática</b>	<b>Benfeitoria</b>	<b>Total</b>	<b>Obras</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	95.181	10.020	64.651	11.808	12.707	532	92	68	27.534	222.593	52	222.645
Saldos em 30 de setembro de 2013	95.181	9.143	55.727	10.478	11.119	442	67	54	27.534	209.738	52	209.790





## CUSTO DE AQUISIÇÃO - CONSOLIDADO

	<b>Terrenos</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Instalação</b>	<b>Máquinas Equipamento</b>	<b>Equipamento Armaz. e transf.</b>	<b>Móveis e Utensílio</b>	<b>Veículo</b>	<b>Equipamento Informática</b>	<b>Benfeitoria</b>	<b>Total</b>	<b>Obras</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	103.035	28.238	130.927	19.317	26.266	6.457	377	10.451	30.562	355.630	220	355.850
(+) Adições	-	-	-	9	-	-	-	-	-	9	-	9
(-) Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2013	103.035	28.238	130.927	19.326	26.266	6.457	377	10.451	30.562	355.639	220	355.859



## DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - CONSOLIDADO

	<b>Terrenos</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Instalação</b>	<b>Máquinas Equipamento</b>	<b>Equipamento Armaz. e transf.</b>	<b>Móveis e Utensílio</b>	<b>Veículo</b>	<b>Equipamento Informática</b>	<b>Benfeitoria</b>	<b>Total</b>	<b>Obras</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	(18.165)	(66.070)	(7.486)	(13.541)	(5.922)	(286)	(10.383)	(3.021)	(124.874)	-	(124.874)
(+) Adições	-	(903)	(9.040)	(1.353)	(1.606)	(91)	(25)	(21)	-	(13.039)	-	(13.039)
Saldos em 30 de setembro de 2013	-	(19.068)	(75.110)	(8.839)	(15.147)	(6.013)	(311)	(10.404)	(3.021)	(137.913)	-	(137.913)

## IMOBILIZADO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

	<b>Terrenos</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Instalação</b>	<b>Máquinas Equipamento</b>	<b>Equipamento Armaz. e transf.</b>	<b>Móveis e Utensílio</b>	<b>Veículo</b>	<b>Equipamento Informática</b>	<b>Benfeitoria</b>	<b>Total</b>	<b>Obras</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	103.035	10.073	64.857	11.831	12.725	535	91	68	27.541	230.756	220	230.976
Saldos em 30 de setembro de 2013	103.035	9.170	55.817	10.487	11.119	444	66	47	27.541	217.726	220	217.946



### **Bens dados em garantia**

A Controlada Manguinhos Distribuidora ofereceu como garantia a renegociação e assunção do empréstimo da Refinaria de Petróleos de Manguinhos junto ao **Banco Industrial e Comercial S.A. – BICBANCO**, Terreno situado na Avenida Monroe no município de Duque de Caxias, Estado do RJ, com 15.329 m2 e construção de uma base de distribuição de petróleo.

### **Vida útil dos ativos imobilizados**

- Imóveis – 10 a 30 anos
- Instalações – 10 a 30 anos
- Máquinas e Equipamentos – 6 a 8 anos
- Equipamentos de Armazenamento e Transferências – 6 a 8 anos
- Móveis e Utensílios – 2 a 6 anos
- Equipamentos de Informática – 1 a 3 anos



Descrição	Início	Vencimento	Taxa de Juros	Parcelas	Valor
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO BANRISUL (i)	10.03.2018	10.06.2021	0%	60	10.617
BANCO KDB	28.10.2011	28.02.2020	CDI + 0,8% A.M	100	7.514
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO MELROSE SOFISA (i)	05.03.2016	06.06.2019	0%	40	7.500
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BIC BANCO (i)	07.11.2013	07.02.2017	0%	42	7.221
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO BANIF (i)	10.02.2014	10.09.2015	0%	33	3.784
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO BVA (i)	10.12.2015	10.09.2018	0%	50	3.000
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO INTERMEDIUM (i)	04.08.2014	04.11.2017	0%	50	2.300
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO CREDITIMIX (i)	15.03.2016	15.10.2020	0%	110	2.000
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO CÉDULA (i)	30.08.2014	30.11.2017	0%	50	1.480
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO DAYCOVAL (i)	02.07.2015	02.02.2017	0%	36	1.200
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO OPNIÃO (i)	10.12.2015	10.09.2016	0%	50	1.300
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO SAFRA (i)	22.04.2014	22.10.2017	0%	50	736
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO TREDBANK (i)	27.07.2012	27.05.2013	0%	74	350
MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S.A - BANCO GERDAU (i)	05.12.2012	06.06.2013	0%	20	70
BANCO BRADESCO - LEASING S.A. (ii)	08.07.2012	08.06.2015	CDI	36	51
Créditos de Limite Especial de Conta Corrente – Banco Itaú	30.09.2013	10.10.2013	9,35%	1	6
					<b>49.129</b>
				<b>Circulante</b>	<b>867</b>
				<b>Não Circulante</b>	<b>48.262</b>

**CONSOLIDADO**

Descrição	Início	Vencimento	Taxa de juros	Parcelas	Valor
BANCO BANRISUL	27.01.2011	21.12.2017	CDI+0,1% a.m	74	10.526
BANCO KDB	28.10.2011	28.02.2020	CDI + 0,8% a.m	100	7.514
BANCO MELROSE SOFISA	31.01.2011	28.01.2016	CDI	60	6.208
BANCO BVA	29.11.2010	10.11.2015	CDI+0,1% a.m	50	2.864
BIC BANCO	17.12.2012	03.11.2015	CDI+0,14% a.m	42	2.038
BIC BANCO	26.12.2012	03.11.2015	CDI+0,2% a.m	33	521
BANCO CREDIMIX	01.09.2011	15.02.2016	1% a.m	110	2.028
BANCO INTERMEDIUM	22.02.2011	17.06.2014	CDI	40	1.519
BANCO BANIF	23.12.2009	31.01.2014	CDI+1% a.m	50	698
BANCO DAYCOVAL	07.04.2011	08.06.2015	CDI+0,5% a.m	50	1.109
BANCO CÉDULA	07.04.2011	29.08.2015	CDI+1,25% a.m	50	737
BANCO SAFRA	22.06.2011	22.05.2014	1,5% a.m	36	545
BANCO OPNIÃO	10.12.2011	10.07.2013	1% a.m	20	181
BANCO BRADESCO - LEASING S.A (ii)	08.02.2012	01.01.2015	CDI	36	51
BANCO BRADESCO - LEASING S.A (iii)	08.07.2012	08.06.2015	CDI	36	141
RODOPETRO DISTRIB - Bic Banco (iv)	31.05.2013	31.12.2013	0%	1	1.565
CHEQUE ESPECIAL - ITAÚ	30.09.2013	10.10.2013	9,35%	1	7
					<u>38.252</u>
				<b>Circulante</b>	<b>10.061</b>
				<b>Não Circulante</b>	<b>28.191</b>



- (i) Valores renegociados, junto às instituições financeiras, e que foram assumidos pela controlada Manguinhos Distribuidora o pagamento (vide nota 14). A Administração da Companhia, no sentido de restabelecer o fluxo de caixa das operações da controladora, instituiu prazo de carência para início do pagamento para controlada Manguinhos Distribuidora.
- (ii) Leasing referente aquisição de veículo automotor para uso nas operações da Companhia
- (iii) Leasing referente aquisição de uma empilhadeira Toyota e uma RX 01 – EPSILON.
- (iv) Valor renegociado junto à instituição financeira, cujo pagamento foi assumido, através de contrato de assunção de dívida, pela Rodopetro Distribuidora de Petróleos e Derivados Ltda. A administração da Companhia, no sentido de restabelecer o fluxo de caixa das operações, institui carência para início do pagamento.



## 15 IMPOSTOS E TAXAS A RECOLHER

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
ICMS ST a Recolher	92.351	92.718	100.178	95.230
ICMS a Recolher	11.171	6.816	11.663	7.126
CIDE a Recolher	2.218	2.217	2.218	2.217
PIS e COFINS a Recolher	2.695	2.695	3.527	2.695
Contribuições Sociais a Recolher	4.066	2.214	4.348	2.371
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	15.270	718	15.504	1.159
Parcelamentos – ICMS <b>(b)</b>	43.984	23.470	44.201	23.470
REFIS Federal <b>(a)</b>	368	369	546	548
Outros	281	10.677	1.219	11.675
Circulante	<u>172.404</u>	<u>141.894</u>	<u>183.404</u>	<u>146.491</u>

  

Descrição	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Parcelamentos – ICMS <b>(b)</b>	210.283	172.965	210.283	172.965
Refis Federal <b>(a)</b>	35.578	35.577	36.934	36.917
Impostos Diferidos	58.385	62.335	63.096	67.045
Outros Parcelamentos	838	-	888	-
Não Circulante	<u>301.084</u>	<u>270.877</u>	<u>311.201</u>	<u>276.927</u>

A Companhia vem enfrentando dificuldades operacionais devido ao decreto do Governador do Estado do Rio de Janeiro, cujas operações estão quase paralisadas, dificultando assim o pagamento de diversas obrigações. Em 30 de setembro de 2013 a Companhia encontra-se com os impostos correntes e parcelamentos em atraso.



**(a) Programa de recuperação Fiscal - Parcelamento Especial (Lei nº11.941/2009)**

O Parcelamento Especial instituído pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS 4) é um regime especial de regularização dos débitos de qualquer natureza junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através de pagamentos de parcelas mensais, em até 180 prestações.

Visando migrar os parcelamentos existentes anteriormente de débitos fiscais e previdenciários federais, inclusive os inscritos na dívida ativa da União, a Companhia protocolou pedido de adesão a este Novo Parcelamento em 30 de novembro de 2009 junto aos órgãos acima mencionados, que proporcionou o benefício da Lei em reduzir multas e juros com a compensação de prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de contribuição social, apuradas e permitidas na forma da lei.

**Outras Informações**

Segundo o inciso I do art. 11. da Lei nº 11.941/2009, a homologação da opção pelo Novo Parcelamento independe de apresentação de garantia ou arrolamento de bens, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento ou de execução fiscal. No caso da Refinaria de Petróleos Mangueiros S.A, não existem garantias prestadas ou bens arrolados.

**(b) Parcelamento ICMS**

A Administração da Companhia realizou parcelamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS junto as Secretarias de Estado de Fazenda do Paraná e Rio de Janeiro em 60 parcelas mensais.

## 16 FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Caldas Pereira Advogados e Consultores Associados	-	-	-	-
Rodopetro Distribuidora de Petróleo Ltda.	-	-	7.097	6.919
Cattalini Terminais Marítimos Ltda.	6.665	5.898	6.665	5.898
Navarro, Botelho, Nahon e Kloh Advogados Associados	-	-	-	-
Stolf, Cesnik, Andrade e Peroni Adv Associados	-	-	554	-
Terminal Químico de Aratu S/A-EQUIMAR	1.894	1.894	1.894	1.894
EQUIPEMAR Engenharia e Serviços	709	709	709	709
Phenix Lub Comércio de Produtos Químicos	426	-	426	-
Beguial Locação de Veículos, Máquinas e Equipamentos Ltda	-	-	320	-
Amil Assistencia Médica Internacional	297	-	297	-
Gastroservice Refeições Ltda	280	-	280	-
Cast Transportes de Cargas Ltdas	-	-	204	-
Cooperativa Transportadora	174	-	174	-
Brasoil Industria e Comércio de Reciclagens	138	-	138	-
Trans Uno Transportes Rodoviários Ltda	137	-	137	-
J Alves Logística Ltda	128	-	128	-
Hargreaves Advogados Associados EPP	94	-	94	-
Empresa Bragantina de Montagem Industrial Ltda	-	-	81	-
GR Refeições S.A.	72	-	72	-
Outros	1.545	1.319	2.893	3.180
Total	12.559	9.820	22.163	18.600



## 17 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Estrada Distribuidora de Derivados de Petróleo	177	447	177	447
Rodopetro Distribuidora de Petróleo	56	-	56	193
Pantera Distribuidora de Combustíveis Ltda.	131	131	131	131
Posto Triangulo de Itaperuna Ltda.	-	-	-	119
Auto Posto Quatro Primos Ltda.	-	-	-	51
Pelikano Distribuidora de Petróleo	44	44	44	44
Santarem Distribuidora de Petróleo Ltda	19	-	19	-
Posto de Gasolina Nova Primavera	-	-	26	79
Big Petro Distribuidora de Petróleo Ltda	14	-	14	-
Outros	3	128	359	1.223
<b>Circulante</b>	<b>444</b>	<b>750</b>	<b>826</b>	<b>2.287</b>

## 18 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	Controladora				
	Contingências	Depósito Judicial	Compensações	Líquido	
	30.09.2013	30.09.2013	30.09.2013	30.09.2013	31.12.2012
Contingências Trabalhistas	4.152	(540)	-	3.612	3.612
Contingências Cíveis	59.436	-	-	59.436	83.799
Contingências Fiscais	472.680	(4.266)	-	468.414	243.190
Precatório (i)	544.539	-	(544.539)	-	-
<b>Circulante</b>	<b>1.080.807</b>	<b>(4.806)</b>	<b>(544.539)</b>	<b>531.462</b>	<b>330.601</b>

Descrição	Consolidado				
	Contingências	Depósito Judicial	Compensações	Líquido	
	30.09.2013	30.09.2013	30.09.2013	30.09.2013	31.12.2012
Contingências Trabalhistas	4.441	(545)	-	3.896	3.896
Contingências Cíveis	61.261	-	-	61.261	85.866
Contingências Fiscais	564.588	(6.439)	-	558.149	266.031
Precatório (i)	590.482	-	(590.182)	300	300
Circulante	1.220.772	(6.984)	(590.182)	623.606	356.093

- (i) A Companhia e suas controladas no sentido de preservar seu patrimônio diante da possibilidade de uma eventual execução fiscal mantém registrado em seu balanço provisão para contingências e valores a receber na proporção integral utilizado no período de novembro de 2007 a setembro de 2013.

A Administração entende que uma eventual execução fiscal será garantida e satisfeita com os precatórios, possibilidade esta reconhecida pelos Tribunais, conforme se verifica através da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o qual reconhece que o precatório vencido e não pago pelo Estado exequente equivale a dinheiro (Resp 365.095/ES, Resp 546247/DF e Embargos de divergência em Recurso Especial nº 852.425/RS).

O Grupo Manguinhos é parte envolvida em ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente na esfera tributária, que se encontra em vários estágios de julgamento. A Administração da Sociedade, de acordo com a Deliberação CVM no 489/05, adota procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- Para causas cujo desfecho negativo para a Sociedade seja considerado como provável, são constituídas provisões;

- Para as causas cujo desfecho negativo para a Sociedade seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, e
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

Portanto para fazer face a eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, apresentadas acima líquidas de depósitos judiciais e julgadas pela Administração da Companhia e suas controladas, e por seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

<b>Controladora</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	243.190	83.799	3.612
(+) Adições	225.224	33.638	-
(-) Reversões	-	(57.999)	-
(-) Baixas por pagamento	-	(2)	-
<b>Saldos em 30 de setembro de 2013</b>	<u>468.414</u>	<u>59.436</u>	<u>3.612</u>

  

<b>Consolidado</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	266.031	85.866	3.896
(+) Adições	293.679	33.638	-
(-) Reversões	(1.561)	(58.241)	-
(-) Baixas por pagamento	-	(2)	-
<b>Saldos em 30 de setembro de 2013</b>	<u>558.149</u>	<u>61.261</u>	<u>3.896</u>



### **Reclamações Trabalhistas (Controladora)**

No geral, as principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra a Companhia referem-se a indenizações por acidente de trabalho e doenças ocupacionais, além de discussões que envolvem principalmente horas extras e equiparações. Em 30 de setembro de 2013 existem diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nas ações trabalhistas em andamento é de aproximadamente R\$ 4.957 mil. Do valor total da contingência na esfera judicial, estima a Administração da Sociedade que (i) R\$ 4.152 mil refere-se à chance provável de perda e (II) R\$ 805 mil refere-se à chance possível e remota de perda.

### **Processos Cíveis (Controladora)**

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia era ré de ações de natureza cível, cujo valor em andamento é de R\$ 66.409 mil. Do total da contingência, estima a Administração da Sociedade que (i) R\$ 59.459 mil, refere-se à chance de perda provável e (ii) R\$ 6.950 mil refere-se à chance possível e remota de perda.

### **Processos Fiscais (Controladora)**

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia figurava como ré em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 1.550.409 mil. Do valor total da contingência fiscal, (i) R\$ 247.771 mil refere-se à chance provável de perda, em diversas ações; (ii) R\$ 191.525 mil refere-se à chance possível de perda em diversas ações e (iii) R\$ 1.111.113 mil refere-se a contingências avaliadas em perdas remotas.



## **19 PASSIVO A DESCOBERTO (CONTROLADORA)**

### **19.1 Capital social realizado**

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 94.580 mil (noventa e quatro milhões, quinhentos e oitenta mil), divididos em 931.451.520 (novecentos e trinta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e vinte) ações sem valor nominal, sendo 780.863.314 (Setecentos e oitenta milhões, oitocentos e sessenta e três mil, trezentos e quatorze) ações ordinárias e 150.588.206 (cento e cinquenta milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos e seis) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O Capital Social poderá ser representado, em até 50% (cinquenta por cento), por ações preferenciais, sem direito a voto.

A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações de Assembléia Geral, salvo na hipótese do artigo 141, "caput", da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. As ações preferenciais não terão direito a voto, sendo-lhes conferidos dividendos 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias.

### **19.2 Reserva de capital**

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 19.752 mil refere-se a incentivos fiscais de R\$ 14.821 mil, Reserva especial – Lei nº 8.200/91 de R\$ 4.925 mil e doações de R\$ 6 mil.

### **19.3 Ações em tesouraria**

A Sociedade adquiriu 132.888 ações de sua própria emissão, sendo 60.138 ações ordinárias e 72.750 ações preferenciais, pelo preço correspondente ao valor patrimonial de 31 de março de 2003 (R\$ 1,685 por ação), cujo montante foi de R\$ 224 mil, devidamente autorizado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de abril de 2003. Em decorrência da baixa liquidez, essas ações podem não apresentar valor de mercado. A aquisição visa a possível permanência em tesouraria ou seu cancelamento.

#### **19.4 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital**

Em 30 de setembro de 2013 a Companhia possui o montante de R\$111.944 (cento e onze milhões, novecentos e quarenta e quatro mil), no qual em 03 de julho de 2013, através de Assembléia Geral Extraordinária foi aprovado aumento de capital no valor de R\$ 54.293 (cinquenta e quatro milhões, duzentos e noventa e três mil) por meio da capitalização de crédito devido pela controladora Manguinhos Participações S.A., contra a própria companhia, mediante emissão de 210.678.322 (duzentos e dez milhões, seiscentas e setenta e oito mil, trezentas e vinte e duas) ações ordinárias. Em decorrência da decisão judicial alcançada junto ao Colendo Supremo Tribunal Federal em setembro de 2013 na ACO 2.162-SP e diante da perspectiva da retomada de novos projetos o acionista controlador, MANGUINHOS PARTICIPAÇÕES S.A., aportou o valor de R\$ 57.651 (cinquenta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e um mil).

## **20 RESULTADO BRUTO**

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.09.2013</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2013</b>	<b>30.09.2012</b>
<b>Receita Bruta de Venda</b>	26.041	393.805	26.093	492.987
(-) Impostos incidentes de vendas	(13.948)	(214.312)	(13.964)	(254.660)
(-) Descontos Com. e Devoluções de vendas	-	(3.678)	1.705	<b>(5.738)</b>
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>12.093</b>	<b>175.815</b>	<b>13.834</b>	<b>232.589</b>
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(13.497)	(228.604)	(13.533)	(287.306)
<b>Resultado Bruto</b>	<b>(1.404)</b>	<b>(52.789)</b>	<b>301</b>	<b>(54.717)</b>



## 21 RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
<b><u>Receitas financeiras</u></b>				
Descontos recebidos	1	113	8	113
Variações monetárias ativas	-	-	-	-
Variações cambiais ativas	-	1.115	-	1.130
Juros ativos	14	1	19	4
	<u>15</u>	<u>1.229</u>	<u>27</u>	<u>1.248</u>
Descrição	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
<b><u>Despesas financeiras</u></b>				
Despesas bancárias	(3)	-	(6)	-
Variações monetárias passivas	-	(381)	-	(387)
Variações cambiais passivas	(11.297)	(2.884)	(11.297)	(2.884)
Factoring	(23)	(464)	(24)	(3.165)
Juros passivos (*)	(176)	(12.195)	(923)	(13.112)
	<u>(11.499)</u>	<u>(15.924)</u>	<u>(12.250)</u>	<u>(19.548)</u>
Resultado financeiro líquido	<b><u>(11.484)</u></b>	<b><u>(14.695)</u></b>	<b><u>(12.223)</u></b>	<b><u>(18.300)</u></b>

(\*) Referem-se a juros dos empréstimos e fornecedores.

## 22 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
<b><u>Outras Receitas Operacionais</u></b>				
Ganho (perda) de ativo imobilizado	-	10	-	3
Receita de Aluguel de imóvel	-	-	320	-
Outros	-	147	-	400
	<u>-</u>	<u>157</u>	<u>320</u>	<u>403</u>

<b>Descrição</b>	<b>30.09.2013</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2013</b>	<b>30.09.2012</b>
<b><u>Outras Despesas Operacionais</u></b>				
Outras	(5.771)	(32)	(12.539)	(3)
	-	(32)	-	(3)
	<u>(5.771)</u>	<u>125</u>	<u>(12.039)</u>	<u>(400)</u>

(a) Deságio realizado na aquisição de títulos.

## 23 **HONORÁRIOS DA DIRETORIA**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
<b>Descrição</b>	<b>30.09.2013</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2013</b>	<b>30.09.2012</b>
Benefícios de curto prazo a administradores	45	100	45	100
Benefícios pós - emprego	-	-	-	-
Outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Benefícios de rescisão de contrato	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
	<u>45</u>	<u>100</u>	<u>45</u>	<u>100</u>

De acordo com a lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembléia Geral fixar a remuneração global anual dos administradores.

## 24 **SEGUROS**

A Companhia adota a política de manter a cobertura de seguros para modalidade de riscos nomeados e responsabilidade cível.



## **25    COMPROMISSO AMBIENTAL**

### **(a)    Licença de Operação**

Em 28 de julho de 2011 a **"Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA"**, no uso de suas atribuições concede licença de operação com validade até 28 de julho de 2016, para realizar a transferência de hidrocarbonetos através de oleoduto que interliga a **REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A.** à Baía de Guanabara.

### **(b)    Licença de Operação e Recuperação**

Em 12 de agosto de 2011 a **"Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA"**, no uso de suas atribuições concede licença de operação com validade até 12 de agosto de 2016, para realizar as atividades de tratamento de Nafta, fabricação de gasolina, solventes especiais, GLP, querosene, diesel, Óleo Combustível, oriundos da condensação de petróleo e nafta e recuperação ambiental da área impactada com passivo decorrente da contaminação do solo e águas subterrâneas.

## **26    CERTIFICAÇÕES**

### **(a) Certificação NBR ISO 14001**

Em 06 de Outubro de 2011 a **REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A.** foi auditada pela Bureau Veritas Certification- Brasil e o seu Sistema de Gestão Ambiental foi recomendado para a certificação de acordo com os requisitos da NBR ISO 14001:2004, abrangendo o seguinte escopo: "Refino de Petróleo, comercialização de gasolina A, solventes especiais e outros combustíveis, estocagem de grânéis líquidos e recebimento de petróleo e seus derivados por duto, via terminal marítimo".



## 27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### **VISÃO GERAL**

A Companhia possui exposição para o risco de crédito resultante de instrumentos financeiros.

### **RISCOS DE CRÉDITO**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo:

### **Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das Informações Trimestrais foi:

Descrição	Controladora Valor contábil		Consolidado Valor contábil	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Caixa e equivalentes de caixa	1	36	12	46
Contas a receber de clientes	-	16.995	-	13.186
	<u>1</u>	<u>17.031</u>	<u>12</u>	<u>13.232</u>

### **Contas a receber**

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito.

### **Perdas por redução no valor recuperável**

A Companhia acredita que os montantes que não sofreram perda por redução no valor recuperável e que estão vencidos ainda são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises extensivas dos níveis de crédito de clientes subjacentes, quando disponível.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 1 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 36 em 31 de dezembro de 2012), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.

- **Valor de mercado de instrumentos financeiros**

Os saldos contábeis de disponibilidades (caixa e bancos), contas a receber de clientes e passivos circulantes e não circulantes correspondem ao valor de mercado em razão de o vencimento ocorrer em data próxima a do balanço.

- **Outros tipos de instrumentos financeiros**

A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 30 de setembro de 2013, tampouco, realizou operação com derivativos financeiros no exercício findo em 30 de setembro de 2013.

## **28** **EVENTOS SUBSEQUENTE**

- Em **10 de outubro de 2013** a Companhia comunicou, à pedido do PERIMETER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.076.654/0001-03 ("FUNDO"), gerido por PERIMETER ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.654.272/0001-66 e administrado por BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., nos termos da Instrução CVM nº 358/2002, que, em virtude de processo ora em andamento de conversão das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, o FUNDO AUMENTOU sua participação na Companhia, sendo que, em 01/10/2013, o FUNDO passou a deter 28.231.900 (vinte e oito milhões, duzentos e trinta e um mil e novecentas) ações preferenciais de emissão da Companhia. Portanto, a participação do FUNDO na Companhia representa atualmente aproximadamente 34,15% (trinta e quatro inteiros e quinze centésimos por cento) das ações preferenciais de emissão da Companhia. Ressalta-se que o aumento da participação na Companhia se deu exclusivamente por conta da conversão supramencionada, a qual ainda não atingiu as ações preferenciais detidas pelo FUNDO, não havendo qualquer interesse em alterar a composição do controle ou estrutura administrativa da Companhia, bem como comunica (i) não deter bônus de subscrição, direitos de subscrição de ações, opções de compra de ações e debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia; e (ii) não ter firmado acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.



- Em **25 de outubro de 2013** a Companhia informou que foram remetidas ao Supremo Tribunal Federal, pela Justiça Federal do Distrito Federal, mais duas ações ajuizadas contra o Estado do Rio de Janeiro acerca do Decreto Expropriatório da Companhia. Tais ações foram autuadas como ACO 2.245-DF e ACO 2.248-DF, tendo como Relatores sorteados, respectivamente, os Ministros Marco Aurélio e Luiz Fux. Assim, a Companhia esclarece que, tendo tais ações o mesmo objeto e causa de pedir da ACO 2.162-SP, de Relatoria do Ministro Gilmar Mendes, cuja tutela foi deferida, em 04/09/2013, para suspender os efeitos do Decreto Estadual 43.892/2012, até julgamento do mérito, peticionou, através de seus advogados, em ambas as ações, requerendo que as mesmas sejam, imediatamente, remetidas, por prevenção, ao Ministro Gilmar Mendes para julgamento em conjunto com a ACO 2.162-SP. A prevenção é um instituto previsto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (arts. 69 c/c 67, parág. 6º) e no Código de Processo Civil (art. 253) e se aplica quando houver conexão entre ações, ou seja, quando o objeto (no caso, o Decreto Estadual n. 43.892/2012) e a causa de pedir (declaração de nulidade do mesmo) sejam comuns aos processos (arts. 103 e 105, ambos do CPC). A Companhia esclareceu, ainda, que nos autos da ACO 2.248-DF, o Estado do Rio de Janeiro também peticionou no mesmo sentido. Assim, espera-se que ambas as ações (ACO 2.245-DF e ACO 2.248-DF) sejam remetidas ao Ministro Gilmar Mendes, prevento para o caso. Quanto ao andamento processual da ACO 2.162-SP, cuja tutela foi deferida, a Companhia informa que, após apresentação de alegações finais pelas partes, o Ministro Relator Gilmar Mendes determinou, em 17 do corrente mês, que os autos fossem ao Procurador-Geral da República para parecer final. No mais, quanto à retomada da elaboração de seu plano de negócios para o próximo biênio, anunciada em 03/09/2013, a Companhia esclarece que o mesmo deverá contemplar a utilização do terreno, o qual é objeto da demanda em andamento.



Assim, em respeito ao próprio julgamento da ação em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal e aos seus acionistas, para não haver qualquer indução destes à erro em sua tomada de decisão, a Companhia decidiu aguardar o julgamento final da ACO 2.162-SP para apresentação do referido plano de negócios e informa que está efetivando estudo jurídico no sentido de se averiguar a possibilidade de se adiar o prazo da subscrição do aporte de capital que foi realizado pelo acionista controlador, divulgando-o em nova oportunidade.

- Em **04 de dezembro de 2013** a Companhia recebeu correspondência da acionista controladora MANGUINHOS PARTICIPAÇÕES S/A solicitando as providências administrativas e jurídicas necessárias para que o prazo de subscrição do aporte de capital fosse prorrogado, a partir de 26 de dezembro de 2013, por 60 (sessenta) dias, encerrando-se em 28 de fevereiro de 2014.
- Em **10 de janeiro de 2014** a Companhia, em decorrência da decisão judicial alcançada junto ao Colendo Supremo Tribunal Federal em setembro de 2013 na ACO 2.162-SP e diante da perspectiva da retomada de novos projetos, anuncia o aporte de sua controladora, MANGUINHOS PARTICIPAÇÕES S.A., do valor aproximado de R\$ 59 milhões (cinquenta e nove milhões de reais) reservando-se, nos termos da lei, a todos os acionistas o exercício do direito de preferência para subscrição na proporção das suas respectivas participações no capital social total da Companhia.



- Em **19 de fevereiro de 2014** a Companhia, informou em retificação ao fato anterior, que o prazo de subscrição do aporte de capital da controladora MANGUINHOS PARTICIPAÇÕES S/A, foi prorrogado, de 28 de fevereiro de 2014 para, inicialmente, 17 de março de 2014 (2ª feira), portanto 15 de março de 2014 é sábado. No mais, retificou que as sobras de subscrição serão integralmente rateadas pelos acionistas minoritários que participarem da subscrição, mantida a proporcionalidade de cada um.
- Em **02 de junho de 2014** a Companhia, informou que em 30 de maio de 2014, consoante consta no site do Conselho Supremo Tribunal Federal ([www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br)), na Ação Civil Ordinária n. 2.162 – RJ, que o eminente Ministro Relator proferiu decisão de mérito, tendo julgado **“PROCEDENTE o pedido inicial e declarado nulo o Decreto Estadual 43.892/2012 (RISTF 21, parág. 1º.) e PREJUDICADOS os regimentais interpostos pelo Estado do RJ. Condenado, ainda, o RJ a reembolsar as custas antecipadas pela autora e a honorários advocatícios fixados nos termos do CPC 19, parág. 4º.”**

\* \* \*